

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

2º Boletim Semanal

8 de junho de 2020

Nesta semana será divulgado o segundo boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimento com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

A comissão recebeu no dia 8 de junho, de 2020, o Sr. Presidente do Banco do Brasil, Rubem de Freitas Novaes. Segundo o Presidente, o Banco do Brasil desembolsou mais de R\$ 136,8 bilhões entre 16 de março e 29 de maio de 2020, sendo R\$ 33,8 bilhões para pessoas físicas, R\$ 80 bilhões para pessoas jurídicas e R\$ 23,0 bilhões para o agronegócio.

No mesmo período, o Banco do Brasil participou das ações emergenciais do Governo, em especial, com relação à inclusão de 2,73 milhões de novos clientes cadastrados no Auxílio Emergencial; 11,6 mil empresas beneficiados pelo programa PESE que incide sobre a folha de pagamentos, cujo montante total foi de R\$ 358,2 milhões. Participou também do programa Pagamento do Bem, para 3,4 milhões de trabalhadores e um desembolso de R\$ 3,1 bilhões. Por fim, o programa “O Brasil conta Comigo” atendeu a 54 mil profissionais de saúde em um montante de R\$ 36 milhões. São números que confirmam as estatísticas do Banco Central de que o crédito não está chegando para quem precisa.

A grande parte das indagações foram relacionadas à eficiência das medidas e porque elas não estão chegando na ponta. Segundo Novaes, a crise atual tem grandes proporções e, mesmo com todas as medidas adotadas pelo Banco Central, os grandes bancos comerciais já estão chegando no limite de sua capacidade de fomentar o crédito para a Economia. Além disso, também emitiu a opinião de que é muito difícil, dada a dimensão da crise atual, que seja possível ao setor financeiro atender o Setor Privado não financeiro nos montantes necessários.

Do ponto de vista orçamentário, até o dia 8 de junho de 2020, dos R\$ 404,1 bilhões previstos para as diversas ações contra a Covid-19, apenas R\$ 135,5 bilhões já tinham sido pagos pelo Tesouro Nacional, ou apenas 33,5% do montante previsto. Do total de R\$ 404,1 bilhões, cerca de R\$ 152,6 bilhões referem-se ao Auxílio Emergencial, cujos pagamentos somam R\$ 77,0 bilhões, ou 50,4% do total. Outras rubricas tiveram execução mais baixa como o Benefício emergencial de manutenção do emprego e renda, cujo montante previsto é de R\$ 51,6 bilhões e apenas R\$ 9,8 bilhões foram efetivamente executados. Esses valores demonstram uma certa dificuldade do Governo em executar as despesas, mesmo quando se quer.

Do ponto de vista da saúde pública, a posição do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS é a de que há 707.412 casos confirmados, sendo que houve 15.654 notificações somente no dia 8 de junho. Já o total de mortes acumuladas é de 37.134. Cabe recordar que em razão dos testes não estarem sendo realizados em uma escala compatível com o tamanho da população, há indícios de que esse total de mortes é um valor bem conservador e que provavelmente subdimensiona a abrangência da pandemia. Os Estados mais infectados são São Paulo (144.593 casos confirmados), Rio de Janeiro (69.499 casos) e Ceará (65.605 casos). Estes também são os Estados com o maior número de mortes com 9.188, 6.781 e 4.120 mortes respectivamente. Outra métrica relevante é a taxa de letalidade. Nesse quesito, o Rio de Janeiro registra a maior taxa de letalidade, com 9,8% dos casos totais; enquanto que o Distrito Federal (1,3%) e o Mato Grosso do Sul (0,9%) são os locais onde a letalidade é menor.

A esse respeito, cabe recordar a decisão do Ministério da Saúde de alterar o formato de divulgação das informações de mortalidade, além de alterar o horário de sua divulgação que trouxe grande repercussão negativa. A repercussão levou a Universidade Johns Hopkins, responsável por elaborar um balanço global da pandemia, a excluir o país do grupo de países monitorados. Também deve ter contribuído para a decisão, a perspectiva de que o número de mortos e infectados iria ser recontado, uma prática que, se implementada, traria forte impacto sobre a credibilidade dos dados nacionais.

Com relação ao pagamento do auxílio emergencial, a Caixa Econômica informa que a terceira parcela deverá começar a ser paga a partir do dia 17 de junho. A esse respeito, há sinalizações do Poder Executivo de que há estudos para a extensão do programa em mais duas ou três parcelas e que teriam valores entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00.

Por fim, com relação ao volume de operações de crédito há uma interpretação dúbia com relação aos dados. Por um lado, os dados divulgados no dia 4 de junho pelo Banco Central demonstram que, de fato, o volume de concessão de crédito nas primeiras 21 semanas de 2020 é superior ao observado nas mesmas semanas de 2019. O Banco Central também informa uma queda geral das taxas de juros para pessoas físicas e jurídicas, em praticamente todas as linhas de crédito.

As novas contratações de crédito somaram R\$ 554,3 bilhões entre 16 de março e 29 de maio de 2020, enquanto que as renovações alcançaram R\$ 156,9 bilhões no mesmo período. Já o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE), teve um valor total financiado de R\$ 2,37 bilhões, atingindo 1.471.143 empregados, segundo dados do próprio Banco Central.

Esses números demonstram que em vez da retração esperada, houve sim um aumento do volume e do montante das operações de crédito no período. Infelizmente, usando o argumento do Presidente do Banco do Brasil, é muito difícil que as medidas tomadas tenham êxito absoluto em função da dimensão da crise que se apresenta.

Por outro lado, há evidências de que a concessão de crédito poderia ser mais agressiva na medida em que programas como o Pronampe, aprovado por este Congresso Nacional, poderia ser mais bem sucedido, já que a garantia individual, por operação, poderia chegar a até 100% do montante emprestado e o volume global das garantias chega a 85% da carteira da instituição financeira.